



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Hegemonia neoliberal e trabalhadores no governo Lula			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
David Maciel*	Universidade Federal de Goiás	UFG	docente
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
A ascensão do PT ao governo federal permitiu ao neoliberalismo e à hegemonia burguesa nele baseada a obtenção de um grau de consenso junto ao conjunto das classes trabalhadoras ainda não visto desde sua implantação no início dos anos 90. Tal fenômeno deveu-se fundamentalmente à conclusão exitosa de um movimento transformista exercido pela autocracia burguesa sobre as principais organizações do movimento social dos trabalhadores. Sob um populismo de novo tipo o governo Lula conseguiu reconfigurar a relação entre o Estado e os segmentos não organizados de trabalhadores, legitimando política e eleitoralmente a orientação neoliberal de seu governo e as políticas sociais compensatórias adotadas.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
hegemonia neoliberal, trabalhadores, transformismo			
ABSTRACT			
The rise of the PT to the federal government allowed the neo-liberalism and bourgeois hegemony based on it to obtain a degree of consensus among the whole of the working classes have not seen since its inception in the early 90's. This phenomenon was primarily due to the successful conclusion of a transformist movement exerted by bourgeois autocracy on the main organizations of the social movement of workers. Under a new kind of populism Lula managed to reconfigure the relationship between the state and the segments of unorganized workers, political legitimacy and electoral neoliberal orientation of his government and compensatory social policies adopted.			
KEYWORDS			
Neoliberal hegemony, workers, transformism			

Introdução:

A ascensão do PT ao governo federal permitiu ao neoliberalismo e à hegemonia burguesa nele baseada a obtenção de um grau de consenso junto ao conjunto das classes trabalhadoras ainda não visto desde sua implantação no início dos anos 90. Tal fenômeno deveu-se não apenas ao fato de que grande parte do mandato de Lula (2003-2010) coincidiu com uma conjuntura internacional favorável à economia brasileira, o que possibilitou o crescimento dos níveis de emprego e uma pequena melhoria nos níveis de renda dos trabalhadores; mas fundamentalmente à conclusão exitosa de um movimento transformista exercido pela autocracia burguesa sobre as principais organizações do movimento social dos trabalhadores e iniciado ainda durante a transição democrática. Em graus variados de intensidade e organicidade, a adesão passiva dessas organizações, principalmente do PT e da CUT, implicou na sua integração à institucionalidade

* Doutor em História, professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

política vigente paralelamente à perda de seu ímpeto mobilizador e reivindicatório e à derrota política e ideológica da perspectiva anti-autocrática e antineoliberal construída nos marcos do vigoroso processo de organização e mobilização desencadeado pelas classes trabalhadoras a partir da década de 1970. Some-se a isto o fato de que sob um populismo de novo tipo o governo Lula conseguiu reconfigurar a tradicional relação paternalista existente entre o Estado, na figura do presidente da República, e os segmentos não organizados de trabalhadores, legitimando política e eleitoralmente a orientação neoliberal de seu governo e as políticas sociais compensatórias adotadas.

1- A dialética da hegemonia neoliberal: consenso, transformismo e passivização.

Todo processo de hegemonia de uma classe ou de um bloco de classes sobre a sociedade implica numa dada combinação entre consenso, transformismo e passivização. Necessariamente baseado em algum nível de concessão de benefícios materiais às classes subalternas, o consenso expressa a forma perfeita da hegemonia, pois implica na adesão “voluntária” dos dominados ao projeto histórico dos dominantes. No entanto, devido ao caráter incontornável da luta de classes e do conflito político-social a ela adjacente, mesmo nos períodos de maior estabilidade social e política a construção do consenso demanda operações paralelas de tipo transformista sobre os grupos opositores e sobre os grupos não organizados para que o projeto histórico das classes dominantes configure o processo de disputa política e social de modo predominante ou mesmo exclusivo. Neste aspecto é importante ressaltar que os mecanismos de repressão e opressão não deixam de cumprir seu papel, reprimindo, cerceando ou desestimulando formas de organização e mobilização de caráter contra-hegemônico, assim contribuindo para a produção do consenso que sustenta a hegemonia de classe (GRAMSCI, 2000 e 2002).

No caso da hegemonia neoliberal vigente no Brasil a construção do consenso sobre os trabalhadores sempre padeceu de significativa precariedade em função da própria dinâmica da acumulação capitalista sob padrão neoliberal, marcada por processos de intensificação da exploração da força de trabalho que ao invés de ampliarem a concessão de benefícios materiais efetivos e relativamente permanentes retiraram diversos deles na forma da desregulamentação/anulação de diversos direitos trabalhistas e sociais. Tais processos são caracterizados pelo chamado desemprego estrutural e por variadas formas de “informalização” ou precarização do mercado de trabalho, que vão desde a tendência à superação da relação salarial formal, definida pela jornada de trabalho regulamentada, por meio da flexibilização e da “desfiliação” até a terceirização. Somados aos mecanismos tradicionais de super-exploração do

trabalho que compõem a essência do capitalismo periférico brasileiro, tais processos agravaram uma situação social já dramática (MARINI, 2000 e OLIVEIRA, 2003).

Sendo assim, o consenso em torno do neoliberalismo foi construído sobre os trabalhadores com base numa situação social de intensa ofensiva sobre os direitos do trabalho e de fortíssima desigualdade social, o que conferiu às políticas sociais compensatórias, ao assistencialismo e aos curtos momentos de melhoria da renda salarial ou dos níveis de emprego, condicionados pelos ritmos desiguais de crescimento econômico, o caráter de “benefícios” concedidos aos trabalhadores. Em outras palavras, numa situação social extremamente piorada as medidas receitadas pela própria doutrina neoliberal para remediar a miséria e impedir que o conflito social fuja do controle funcionam como um “alívio” ou, numa perspectiva condescendente, como uma “política social”.

Nestas condições, o transformismo (GRAMSCI, 2002) exercido sobre os grupos opositores, incluindo-se os mecanismos que desorganizam política e socialmente uma ação classista das classes subalternas, adquirem grande importância para a configuração da hegemonia neoliberal no Brasil. E foram justamente nestes aspectos que o governo Lula se notabilizou por conferir uma qualidade superior à um tipo de hegemonia burguesa marcadamente imperfeito, conferindo-lhe elementos novos ou desenvolvendo aqueles que se encontravam em fase de gestação.

2- Antecedentes.

2.1- “Aburguesamento” da sociedade civil expandida e produção de consenso.

A partir do final dos anos 70 ocorre um processo acelerado de expansão da sociedade civil no Brasil, em função do próprio avanço do capitalismo monopolista durante a Ditadura Militar. Combinado à luta democrática e ao desenvolvimento de novas formas de mobilização e organização política e social, inicialmente o processo de expansão da sociedade civil foi fortemente marcado pelo crescimento dos aparelhos privados de hegemonia ligados às classes subalternas, principalmente aos trabalhadores, expressando o avanço de uma perspectiva popular e anti-autocrática. É verdade que durante a Ditadura Militar também se expandiram importantes aparelhos burgueses, particularmente aqueles ligados à grande mídia, à formas associativas para-sindicais e ao aparelho escolar (avanço do ensino privado), no entanto, após o regime militar esta sociedade civil expandida começa a sofrer um processo de aburguesamento que passa a ditar crescentemente sua dinâmica. Com isto não estamos afirmando que a sociedade civil já não existisse antes da crise da Ditadura Militar como um componente fundamental da dominação burguesa, nem que em seu

interior não prevalecessem os aparelhos hegemônicos em detrimento dos aparelhos contra-hegemônicos, mas sim que sua expansão foi grandemente dinamizada pela movimentação política e social das classes subalternas numa perspectiva popular e anti-autocrática. Esta constatação ressalta a importância do fato de que ainda durante a transição democrática as classes burguesas conseguem crescentemente determinar o conteúdo ideológico desta sociedade civil expandida, revertendo a perspectiva original de grande parte dos aparelhos contra-hegemônicos (FONTES, 2010).

Primeiramente as classes burguesas, particularmente o grande capital, inserem-se no processo de expansão da sociedade civil por meio da ampliação de seus aparelhos privados de hegemonia e da criação de novos aparelhos, por meio dos quais procuraram mobilizar suas forças e organizar sua intervenção no processo de transição política, particularmente nas eleições de 1986 e 1989 e durante o processo constituinte (1987-1988). Em certa medida os novos aparelhos superaram os limites corporativistas que marcavam suas formas associativas e organizativas anteriores, desenvolvendo uma perspectiva ético-política caracterizada pela criação de entidades de perfil policlassista, direcionadas para a pregação ideológica, a conquista do consenso e a mobilização político-eleitoral, dentre as quais a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), a União Brasileira dos Empresários (UB), a União Democrática Ruralista (UDR) e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) são os exemplos mais conhecidos (DREIFUSS, 1989).

Nos anos 90 isto ocorre através do fortalecimento e criação de entidades e organizações voltadas para a assistência social, os serviços de saúde, as questões do meio ambiente e as atividades educacionais, culturais e esportivas com base nos valores da filantropia e do voluntariado e atuando no vácuo deixado pelos cortes nos gastos sociais do Estado e pelo avanço da miséria. Batizadas agora como “organizações não-governamentais” (ONG’s) estas entidades e organizações carregam fortemente a marca da ideologia liberal, a começar pela própria idéia de sua “autonomia” diante do Estado e do poder político em sentido estrito, como se não fizessem parte de um único sistema de dominação social, ou Estado ampliado, como diria Gramsci. Na verdade, quando não ligadas à políticos, igrejas e organizações internacionais, muitas destas entidades surgem ligadas à empresas, com especial destaque para aquelas de grande capital, funcionando como instrumentos de valorização do capital, seja através da captação de recursos (de preferência públicos), da isenção fiscal ou mesmo através da propaganda e do marketing.

Ora, esta orientação passou a ser adotada pelos aparelhos de hegemonia vinculados às classes subalternas na medida em que diante da ofensiva neoliberal a luta anti-autocrática pela ampliação de direitos, pela democratização do processo político e pela distribuição de renda foi

sendo substituída pelo combate à fome, à miséria e às outras manifestações de “exclusão social”, este último um conceito derivado da nova formulação sobre a questão social. Assim, “naturalizou-se” o problema da “exclusão social” desvinculando-o do caráter capitalista das relações sociais que o geram e abandonou-se a crítica e a denúncia de tais males sociais em favor de uma propositura moralista, de corte “humanista” e desvinculada de interesses de classe específicos. Programas atuais como “Fome Zero”, “Bolsa Família” e “Brasil sem miséria”, tem antecedentes em iniciativas como a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida” e o “Natal sem Fome”, promovidas por organizações não-governamentais a partir dos anos 90. Desta forma, o velho e mau assistencialismo voltava à baila travestido de autonomia diante do Estado, de filantropia e de voluntariado com base numa noção abstrata de cidadania e da relação entre Estado e sociedade plenamente coerente com a concepção liberal.

Além disto, ocorre um redimensionamento da ação social na medida em que as antigas formas de militância, baseadas no comprometimento político e ideológico, são substituídas por uma concepção genérica e socialmente descarnada de “responsabilidade social”, muito próxima da noção cristã de caridade, quando não pelo vínculo profissional e pela mercantilização, tornando a captação de recursos (públicos, mas também privados) fundamental para remunerar dirigentes, funcionários e terceirizados por meio de projetos de financiamento, bolsas e doações. Além de contribuir para o processo de precarização das relações de trabalho, esta situação tornou inevitável o desenvolvimento da perspectiva empresarial no âmbito da gestão e mesmo da prestação de serviços (melhor seria dizer mercadorias?), isto quando tais entidades não se tornaram verdadeiras empresas. É evidente a afinidade desta perspectiva com o discurso privatista neoliberal segundo o qual a gestão estatal dos serviços sociais só gera ineficiência, desperdício e corrupção, o que explica o apoio e o financiamento de muitas destas iniciativas por agências internacionais vinculadas aos interesses imperialistas como o Banco Mundial e outras (FONTES, 2010).

Sendo assim, o “aburguesamento” da sociedade civil expandida contribuiu poderosamente para disseminar a ideologia neoliberal, produzir o consenso em torno das políticas neoliberais e esvaziar a perspectiva crítica e anti-autocrática dos aparelhos de hegemonia vinculados às classes subalternas e que apresentavam uma orientação contra-hegemônica.

2.2- A classe trabalhadora entre a adesão e a resistência ao neoliberalismo.

Um dos aspectos configuradores da hegemonia neoliberal nos anos 90 foi a capacidade que o projeto político neoliberal demonstrou de conquistar o apoio de setores importantes da classe

trabalhadora, mesmo da classe operária. Obviamente tal apoio foi mediado por contradições e por dissensões relativas em torno de questões importantes, em função do próprio conteúdo anti-popular e pró-capital financeiro do projeto neoliberal, mas apesar disto, em relação às classes populares ganhas pelo neoliberalismo prevaleceu uma postura de apoio tácito, manifesto principalmente em termos eleitorais, quando o mesmo não se expressou de forma mais aberta e participativa.

Em primeiro lugar, diversas políticas neoliberais ganharam o apoio de setores do movimento operário polarizados por setores do sindicalismo pelego reconfigurados em “sindicalismo de resultados”. A tradicional postura conciliadora diante do capital e do Estado apresentada pelos setores sindicais identificados pelo peleguismo representados pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT), depois dividida em duas, e pela União Sindical Independente foi reconfigurada quando seus setores majoritários organizam a Força Sindical, em 1991. Esta surge como uma central sindical francamente identificada com a doutrina neoliberal, por exemplo, apoiando a política de privatização das estatais, em nome da eficiência, do combate à corrupção e da participação dos trabalhadores nos lucros e na compra das empresas, e a reforma administrativa, em nome do corte de gastos com funcionalismo. No plano dos direitos trabalhistas a FS foi favorável à sua flexibilização, defendendo a livre negociação em lugar do pretenso “engessamento” imposto pela CLT, enquanto defendia que o recursos obtidos pelo Estado com as privatizações e com a reforma administrativa fossem gastos nos serviços sociais públicos, porém geridos sob os princípios de eficiência do mercado; o que significava apoiar a gestão e oferta dos mesmos por organizações não-governamentais com recursos públicos. Todavia, as divergências da FS com os governos neoliberais em torno de questões como a política de abertura comercial, os juros altos e os efeitos recessivos da política econômica, que afetavam diretamente seu discurso de defesa do emprego e atingiam diretamente sua base social, não chegaram a suscitar o rompimento político ou uma mobilização antineoliberal, mesmo por que nestas circunstâncias fazia coro às queixas das frações burguesas nacionais prejudicadas por estes aspectos do programa neoliberal. Sendo assim, por meio da FS o neoliberalismo penetrou fundo em setores importantes do movimento sindical, contribuindo para a produção do consenso junto aos trabalhadores e à classe operária, em particular, e para desautorizar e enfraquecer a resistência inicial de outros segmentos (TRÓPIA, 2009).

Paralelamente, as políticas neoliberais também atraíam as frações melhor remuneradas e melhor qualificadas dos assalariados, componentes das chamadas classes médias, em função da “cidadania dual” que instituíam e do discurso anti-estatista, anti-corrupção e anti-igualitário. Materialmente capazes de acessar as redes privadas de educação, saúde e seguridade social, tais setores sociais enxergavam no corte de gastos estatais com estes serviços sociais uma forma de se

distinguir econômica e culturalmente da massa dos trabalhadores assalariados; monopolizando os mecanismos de qualificação profissional e o acesso aos serviços sociais “de qualidade” e assim reservando para si os nichos de melhor remuneração e maior qualificação do mercado de trabalho, capazes de garantir níveis de renda e “prestígio” que os aproximavam da pequena burguesia em termos culturais e societários. Obviamente estes segmentos sociais possuíam contradições localizadas com outros aspectos da política neoliberal, porém constituíram-se como parte importante da base social de massa do neoliberalismo, contribuindo poderosamente para seu enraizamento entre as classes subalternas (BOITO JR, 1999).

Finalmente, os segmentos das classes trabalhadoras submetidos ao desemprego e às formas mais duras de precarização do trabalho, caracterizados por baixos níveis de organização política e sindical devido à própria instabilidade de sua condição, entre outros fatores, reforçaram a base eleitoral de massa do neoliberalismo graças à própria dinâmica social imposta por suas políticas. Como já assinalamos, a regressão dos direitos e garantias sociais e o aumento da exploração do trabalho agravavam ainda mais a situação social destes segmentos das classes trabalhadoras. No entanto, a implantação de políticas sociais compensatórias, principalmente pelo governo Fernando Henrique, o assistencialismo de novo tipo mediado pela ação das ONG,s, além do próprio impacto positivo representado pelo fim do “imposto” inflacionário que incidia sobre os ganhos dos trabalhadores, graças à política econômica de estabilização, reforçaram uma postura tradicionalmente “estatista”, diríamos “estadolatra”, alimentando uma relação paternalista com o governo. Além disso, as próprias dificuldades de acesso a um sistema de direitos trabalhistas e sociais limitado e fundamentalmente voltado para os trabalhadores urbanos do setor formal tornaram os segmentos de que estamos falando indiferentes à sua flexibilização e anulação, por entenderem-nos como “privilégios” de algumas categorias de trabalhadores (BOITO JR., 1999). Desta forma, estes segmentos das classes trabalhadoras foram polarizados politicamente pelo programa neoliberal adotado pelo governo, dificultando ainda mais sua organização numa perspectiva antineoliberal.

2.3- A “integração passiva à ordem” do PT e da CUT.

Por sua vez, os segmentos organizados e mobilizados das classes trabalhadoras que tinham uma perspectiva política antineoliberal e anti-autocrática sofreram ao longo dos anos 90 um processo de regressão política, ideológica e organizativa que foi decisivo para a derrota do mundo do trabalho diante do neoliberalismo. Tal processo ocorreu fundamentalmente por conta do

movimento transformista de que foram vítimas o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores.

Desde sua fundação PT e CUT sofrem forte pressão para “integrar-se passivamente à ordem”, a expressão é de Dias (2004), seja por meio da legislação partidária e eleitoral, seja por meio da estrutura sindical. Um dos elementos fundamentais do processo de reforma da autocracia burguesa iniciado no governo Geisel e encerrado com a Constituição de 1988 foi a manutenção, com pequenas alterações, de uma legislação partidária e eleitoral que estimulava a criação de “partidos institucionais”, ou seja, partidos com forte perfil burocrático, aparelhista, eleitoreiro, marcados ainda por frouxidão programática e ideológica e por baixos índices de mobilização fora dos períodos eleitorais. Em suma, partidos que funcionavam muito mais como braços do Estado junto à sociedade civil, do que como instrumentos de organização social com vistas à conquista do Estado (MACIEL, 2004). A afinidade deste tipo de partido com as perspectivas burguesas de ação e participação política é evidente.

O PT, ao contrário, surgiu na contramão desta orientação, constituindo-se como um partido anti-autocrático e anti-institucional, com expressiva democracia interna, forte mobilização e poder decisório na base, vínculos orgânicos com os movimentos sociais, clara definição programática e ideológica, pelo menos no que tange ao projeto democrático-popular, pois seu projeto socialista manteve-se sempre vago e indefinido. No entanto, a perspectiva anti-autocrática e anti-institucional petista começou a ser esvaziada ainda nos anos 80, quando o partido começou a assumir um perfil mais eleitoreiro e as instâncias de base começaram a se enfraquecer, como indica a subordinação dos núcleos de base às candidaturas do partido e a própria resolução final tomada no 5º Encontro Nacional (1987) segundo a qual a tarefa fundamental dos trabalhadores na conjuntura era eleger Lula presidente. Numa conjuntura em que o processo constituinte vivia sua fase decisiva, com o chamado “golpe do Centrão” e a reversão de uma série de conquistas aprovadas nos sucessivos anteprojetos e em que a perspectiva de criação de uma candidatura única dos partidos de esquerda ainda se apresentava no horizonte, esta orientação apresentava a clara intenção de fortalecer a inserção institucional do partido (MACIEL, 2008a).

Após a derrota de 1989 esta perspectiva institucional prevaleceu, fundamentando o abandono do projeto democrático-popular em favor de uma versão neodesenvolvimentista cada vez mais moderada e o progressivo distanciamento em relação aos movimentos sociais na exata medida em que se fortaleciam as instâncias de cúpula e a burocracia partidária, cresciam o seu peso eleitoral e sua inserção no aparato estatal, limitando-se cada vez mais à uma oposição meramente parlamentar ao neoliberalismo (SECCO, 2011).

Com a CUT ocorre processo semelhante, pois se esta surgiu como uma central sindical classista, contrária ao sindicalismo de Estado e à autocracia burguesa, as sucessivas reformas sindicais realizadas neste período, que anularam os aspectos mais repressivos e tutelares da estrutura sindical estatal, atraíram-na para uma ação sindical crescentemente burocrática e corporativista, condizente com a perspectiva autocrático-burguesa de sindicato. No auge das mobilizações grevistas dos anos 80, quando assume o protagonismo do combate ao patronato, ao governo Sarney e à guinada da política econômica em direção ao neoliberalismo, a CUT realiza um congresso, o 3º Concut (1988), que privilegiou a representatividade das direções sindicais em relação às suas bases e às oposições sindicais, fortalecendo uma tendência burocrática e centralista própria da estrutura sindical estatal e tornando cada vez mais retórica sua luta pela liberdade e autonomia sindicais (MACIEL, 2008a).

Nos anos 90 esta tendência é fortalecida pela própria dinâmica interna da central, pela reestruturação produtiva, pela ofensiva do governo e do patronato contra os direitos sociais e trabalhistas e pela “concorrência” do sindicalismo de resultados da Força Sindical (BOITO JR, 1999). Internamente o peso das direções e a importância dos aparatos sindicais se ampliam, enquanto o classismo é abandonado em favor de uma postura propositiva e negocial, confirmada por sua filiação à CIOLS, central internacional ligada ao sindicalismo norte-americano e social-democrata europeu, em 1992. Também a luta por uma pauta ético-política, que associava os interesses específicos e imediatos das diversas categorias de trabalhadores à “grande política”, ou seja, ao projeto democrático-popular, é substituída por uma orientação corporativista, limitada à demandas economicistas por emprego e melhorias salariais, no âmbito de uma concepção positiva da reestruturação produtiva, tida como irreversível e necessária para garantir a modernização de que carecia a economia brasileira. Orientação esta que contrariou os interesses gerais dos trabalhadores em muitas ocasiões, como no “acordo das montadoras” negociado entre os metalúrgicos e as empresas automobilísticas na câmara setorial em 1992 e 1993 e o “acordo da previdência” negociado pela CUT e o governo em 1996 (MATOS, 2009, p. 137-144).

A trajetória do PT e da CUT nos anos 90 evidencia o êxito de um movimento transformista operado pela autocracia burguesa reformada sobre os dois principais instrumentos de luta criados pelas classes subalternas desde a crise da Ditadura Militar. Sua integração à institucionalidade implicou no abandono progressivo de sua perspectiva anti-autocrática original, seja em termos programáticos, seja em termos organizativos. Isto implicou diretamente na modificação de sua práxis política, originalmente orientada no sentido da afirmação dos trabalhadores como sujeito político independente do Estado e da burguesia e agora dependente das práticas institucionais regidas pela autocracia burguesa, com inevitáveis conseqüências na configuração de seu projeto

político, pois práxis e projeto são indissociáveis, configurando-se mutuamente. De um projeto de “revolução dentro da ordem” cujos desdobramentos carregavam as potencialidades de uma “revolução contra a ordem”, para usarmos os conceitos de Florestan Fernandes (1991), PT e CUT migraram para um projeto de “reforma dentro da ordem” que evoluiu posteriormente para a “reprodução da ordem” nos marcos do padrão de acumulação neoliberal e da autocracia burguesa reformada. No entanto, nesta fase este movimento transformista carregava uma particularidade importante, pois a cooptação de PT e CUT se baseou muito mais na capacidade que a autocracia burguesa demonstrou de condicionar e modelar sua ação política e social do que na incorporação de aspectos de seu projeto no programa político das classes dominantes.

Em outras palavras, ocorreu o que chamamos em outro lugar de “transformismo em sentido amplo” (MACIEL, 2006), quando as forças dominantes anulam ou esvaziam a perspectiva das forças oponentes ao estabelecer as condições, os ritmos e limites de sua movimentação política e social sem fazer-lhes concessões programáticas substantivas, nem incorporá-las ao grupo dirigente, porém interferindo indiretamente em sua práxis política e social e em seu projeto histórico. O papel desempenhado por PT e CUT na consolidação da hegemonia neoliberal sob o governo Lula ficaria inexplicável sem se considerar o processo transformista que sofreram anteriormente.

3- O significado histórico da adesão do governo Lula ao neoliberalismo.

O processo de moderação política e ideológica do PT atingiu o ápice com o programa apresentado pelo partido na campanha presidencial de 2002. Abandonado o programa democrático-popular, de 1987, que apresentava uma perspectiva de “revolução dentro da ordem” com base numa “reforma estrutural” do capitalismo brasileiro, concatenada à criação das condições favoráveis à ruptura socialista (FERNANDES, 1991), o PT caminhou para uma perspectiva neodesenvolvimentista cada vez mais moderada, como contraponto à sanha privatista e financeiro-especulativa do neoliberalismo. Tal movimento já se vislumbrou nos programas de 1994 e 1998, mas foi em 2002 que o programa do PT manifestou uma orientação francamente concatenada com os interesses do capital “produtivo”, vocalizando a perspectiva dos setores capitalistas mais afetados pelo processo de abertura comercial e de privilegiamento da financeirização, como o industrial e o agrário, em aliança com os trabalhadores em nome de um “pacto produtivo”. No entanto, sintomaticamente o programa não propunha a reversão das principais reformas neoliberais realizadas pelo governo Fernando Henrique, principalmente as privatizações, indicando os limites de seu enfrentamento do neoliberalismo. No entanto, para os menos desavizados a máscara caiu definitivamente na famosa “Carta aos Brasileiros”, de junho de 2002, quando o então candidato

Lula comprometeu-se em dar cumprimento aos acordos assumidos pelo governo com o sistema financeiro internacional. Como se veria a partir da posse, este passou a ser o verdadeiro programa de governo do PT (MACIEL, 2005).

Este movimento de acomodação ao neoliberalismo ocorreu numa conjuntura em que seu projeto manifestava sinais evidentes de esgotamento, com o acirramento da crise econômica e social iniciada em 1999 com o colapso do plano Real, o aumento da impopularidade de Fernando Henrique, as dissensões crescentes entre os partidos e lideranças da base governista e o próprio esfacelamento da aliança política vitoriosa em 1994 e 1998, abalando sensivelmente a hegemonia neoliberal. A própria vitória de Lula no primeiro e no segundo turnos das eleições presidenciais indicam a perspectiva não-neoliberal, para dizer o mínimo, da maioria do eleitorado, possibilitando ao candidato petista ultrapassar os limites de seu eleitorado tradicional e assumir a presidência da República.

No entanto, uma vez na presidência Lula assumiu um programa neoliberal moderado, compondo seu ministério com lideranças e partidos que apoiaram Fernando Henrique, além dos partidos de esquerda aliados, mantendo o núcleo duro da política econômica, promovendo novas reformas neoliberais e aprofundando as políticas sociais compensatórias já existentes. Esta caracterização geral é válida para todo o período de governo de Lula (2003-2010), apesar de no segundo mandato o governo adotar uma orientação mais flexível, em grande medida graças à uma conjuntura externa favorável, procurando induzir a economia no sentido do crescimento econômico e do aumento da produção, com efeitos no aumento do emprego formal e numa pequena melhoria nos rendimentos dos trabalhadores, além de ampliar os programas sociais, sem, no entanto, abandonar a orientação neoliberal predominante. Isto levou muitos analistas a considerar que no segundo mandato o governo Lula assumiu um perfil “social-desenvolvimentista”, concordante com a própria propaganda do PT e seus ideólogos; o que para nós trata-se de trocar a aparência pela essência.

Na verdade, o governo Lula repôs a hegemonia neoliberal em novas bases, não só “naturalizando” e “eternizando” o neoliberalismo como projeto histórico ao adotá-lo, mas esvaziando o conteúdo social e político da perspectiva antineoliberal, para não dizer anti-autocrática, cooptando os partidos e movimentos sociais identificados com ela e conferindo um verniz de “esquerda” a um projeto fundamentalmente reacionário, anti-popular e autocrático, além de agregar ao projeto neoliberal toda a legitimidade política construída pelo PT e pelo campo político a ele vinculado desde a luta contra a Ditadura Militar. Um processo de reposição da

hegemonia neoliberal em novas bases, qualitativamente superiores, multifacetado e pluridimensional, como veremos a seguir.

3.1- A última volta do transformismo: PT e CUT como braços do governo.

A partir de 2003, já sob a presidência de Lula, PT e CUT concluem o processo de “integração passiva à ordem”, invertendo a relação entre Estado e sociedade que sempre propugnaram e tornando-se o braço político e o braço sindical do governo. Desta feita o movimento transformista adquire feições mais clássicas, “em sentido restrito” conforme nossa elaboração (MACIEL, 2006), na medida em que ambos se inserem definitivamente na institucionalidade política crescendo enormemente enquanto aparelhos institucionais e incorporando parte de suas demandas ao projeto político dominante, contribuindo para sua integração definitiva como partes integrantes da autocracia burguesa reformada no Brasil.

Apesar de submeter-se completamente à dinâmica do governo, tornando-se um instrumento a seu serviço no processo de disputa política e uma espécie de caixa de ressonância de seus interesses no Congresso Nacional e demais instâncias do poder político, o PT cresceu aceleradamente como partido institucional. De acordo com dados do TSE, se em 1998 o PT elegeu três governadores, três em 27 senadores, 59 deputados federais e 81 deputados estaduais (inclui-se neste termos os deputados distritais), em 2002 elegeu o presidente, três governadores, 10 em 54 senadores, 77 deputados federais e 135 estaduais. Em 2006, após o escândalo do “mensalão”, apesar do número de deputados federais eleitos cair para 71, o de senadores cair para dois em 27 e o de deputados estaduais também cair para 126, o partido reelegeu o presidente da República e elegeu cinco governadores. Em 2010, sem Lula na disputa, ocorre um novo crescimento, com o partido elegendo sua candidata à presidência, cinco governadores, 13 em 54 senadores, 88 deputados federais e 149 estaduais. No plano municipal, onde se pode apurar melhor o processo de enraizamento do partido pelo país, se o partido elegeu 187 prefeitos e 1977 vereadores nas eleições de 2000, após a ascensão de Lula o partido cresceu exponencialmente, elegendo 413 prefeitos e 3677 vereadores em 2004 e 550 prefeitos e 4168 vereadores em 2008 (TSE). Ora, estes dados evidenciam que o crescimento do PT deveu-se diretamente ao governo Lula, mostrando que sua submissão e instrumentalização foram plenamente recompensadas por um crescimento institucional jamais conquistado.

Isto explica o apoio do partido à todas as reformas neoliberais implementadas por Lula, pois logo na primeira, a reforma da previdência, os dissidentes foram postos para fora, explica também a

intensa mobilização de sua militância em momentos decisivos, como na crise de 2005 e 2006 (escândalos dos “Correios”, “mensalão”, “aloprados”, queda de José Dirceu, queda de Antonio Palloci, etc.) e nas próprias campanhas eleitorais. Não à toa o programa do partido passou do neodesenvolvimentismo moderado de 2002 à adesão definitiva ao neoliberalismo moderado em 2010, conforme o programa aprovado no seu IV Congresso Nacional. Além de defender a estabilidade econômica, o que significa na prática manter a orientação geral da política econômica, e de não propugnar a reversão de nenhuma das reformas neoliberais, as propostas tidas como “de esquerda”, girando em torno de bandeiras como “desenvolvimento”, “inclusão social”, “soberania nacional” e “apoio à produção de ao emprego”, são plenamente condizentes com o neoliberalismo e com os interesses internos e externos do capital financeiro atuante no país nos termos em que foram propostas. Tanto é que sua candidata ganhou as eleições presidenciais nos dois turnos, com amplo apoio das frações do grande capital.

No caso da CUT prevalece um tom mais crítico diante do governo, no entanto a central foi uma parceira importante na aprovação da reforma da previdência em 2003, que atingiu os direitos dos servidores públicos; nas medidas de flexibilização dos direitos trabalhistas adotadas no período, como a lei que permite que as empresas contratem os trabalhadores como “pessoa jurídica”, desobrigando-se de pagar os encargos trabalhistas, e o Supersimples; na reforma sindical, da qual foi uma das principais beneficiárias, e outras políticas de interesse do governo (BOITO JR., GALVÃO e MARCELINO, 2009). Não é demais lembrar que na crise política de 2005 e 2006 a CUT foi uma das principais que se mobilizaram em defesa do governo (SECCO, 2011), além do seu apoio à Lula nas eleições de 2006 e à Dilma Rousseff nas eleições de 2010.

Sua agenda política fundamental gira em torno da luta por melhorias salariais e pelo emprego, sem se colocar numa perspectiva alternativa aos efeitos nocivos da reestruturação produtiva e à perspectiva neoliberal da relação entre capital e trabalho. Sua defesa da autonomia e da prevalência dos contratos coletivos de trabalho em relação à mediação do Estado adequa-se, sem maiores contradições, ao processo de flexibilização/anulação dos direitos trabalhistas, pois tende a fortalecer o “negociado” sobre o “legislado”, sem falar que desampara as categorias com menor poder de pressão e mais ainda os trabalhadores do setor “informal”, numa perspectiva francamente corporativista. Mesmo sua luta em defesa do emprego formal é subsumida pelo discurso de apoio ao crescimento econômico e à produção, pautando uma das principais reivindicações dos trabalhadores pela lógica do capital. Além disso, o crescimento dos fundos de pensão, devido às sucessivas reformas da previdência e à política econômica favorável à financeirização, contou com o apoio dos sindicatos cutistas, pois muitos de seus dirigentes tornaram-se gestores financeiros destes e outros fundos, por exemplo ao integrar os conselhos administrativos instituições

financeiras importantes como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Fundo de Amparo ao Trabalhador, financiando a acumulação capitalista e a reestruturação produtiva geradora de desemprego (OLIVEIRA, 2003).

Suas críticas à aspectos da ação governamental como a política de juros altos, o câmbio valorizado ou as metas de superávit primário, não chegam a se transformar em mobilização e oposição ao governo, prevalecendo a orientação corporativista que vem dos anos 90. De fato, a CUT ampliou sua inserção institucional no governo Lula, participando de instâncias tripartites como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Fórum Nacional do Trabalho, além de indicar dirigentes para o governo, entre outros, como Luis Marinho, ex-presidente da central que assumiu o Ministério do Trabalho e Emprego e posteriormente o Ministério da Previdência. Com isto a CUT continuou sendo a maior central sindical do país, reforçando-se como aparelho sindical com a reforma sindical parcial de 2008, que reconheceu as centrais sindicais como instâncias superiores da estrutura sindical estatal e possibilitou-lhes o acesso à uma parte expressiva da contribuição sindical, garantindo assim sua sustentação financeira. Além disso, a reforma sindical do governo Lula contribuiu poderosamente para o crescimento numérico das centrais sindicais, pois se em 2001 apenas 38% dos sindicatos eram filiados a alguma central, em 2011 esta porcentagem subiu para 68,35% (IBGE e MIRHAN, 2011). Assim, de central sindical criada para combater a estrutura sindical estatal, a CUT transformou-se em parte de suas instâncias máximas, completando o ciclo transformista iniciado com a reforma sindical do regime militar ainda no final dos anos 70.

Não estranha, então, o fato de as direções cutistas atuarem no sentido de frear a movimentação grevista contra o governo, contribuindo para a redução do número de greves no período. De acordo com dados apresentados por Noronha (2009) e Boito Jr., Galvão e Marcelino (2009), enquanto no primeiro mandato de Fernando Henrique ocorreu uma média de 865 greves por ano, em seu segundo mandato esta média caiu para 440 greves anuais. No entanto, no governo Lula a média entre 2003 e 2009 foi de 362 greves por ano, evidenciando uma diminuição importante no volume de mobilizações grevistas e dando continuidade à tendência de queda iniciada nos anos 90. Paralelamente, enquanto o número de jornadas não trabalhadas no setor privado mantém-se praticamente o mesmo nos governos Fernando Henrique e Lula, no setor público (funcionários públicos e empregados das empresas estatais) o número de jornadas não trabalhadas mais que dobra durante o governo Lula, indicando a ocorrência de greves mais demoradas e/ou com maior número de trabalhadores paralisados. É fato que tendeu a crescer o número de greves exitosas, que conquistaram reajustes superiores ou iguais ao índice inflacionário, mas ao contrário do que possa parecer, isto evidencia que no governo Lula uma das principais categorias do sindicalismo cutista, os servidores públicos, teve muito mais dificuldades para

conseguir o atendimento de suas reivindicações, denunciando o tratamento dado pelo governo e a própria postura passiva da CUT diante disto.

Ora, com a adesão da Força Sindical a partir do segundo mandato, chegando a indicar um dos seus principais dirigentes para o governo, e a criação da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, ligada ao PC do B, o governo Lula passou a contar com o apoio de 64,29% dos sindicatos filiados às centrais, o que equivale a nada menos que 43,99% dos sindicatos reconhecidos no país. Isto sem falar na orientação conservadora e pró-neoliberal de centrais oposicionistas como a União Geral dos Trabalhadores (14,32% das entidades filiadas às centrais), ligada ao PPS e ao PSDB, e a Nova Central (13,13%) (MIRHAN, 2011).

Por conta de tudo isto, podemos afirmar que a CUT teve um papel central na subordinação ativa e passiva do movimento sindical brasileiro, com poucas exceções, ao neoliberalismo, com consequências negativas na capacidade de mobilização dos trabalhadores organizados.

3.2- O “Lulismo” e seus efeitos.

Outro aspecto importante no fortalecimento da hegemonia neoliberal sobre os trabalhadores durante o governo Lula foi o fenômeno do chamado “lulismo”. Lula construiu o apoio dos “pobres” ao seu governo combinando políticas sociais compensatórias e os efeitos sociais de um ciclo de crescimento econômico que coincidiu com grande parte de seu mandato. Além disso, foi beneficiário de dois fatores estruturais que fundamentam o fenômeno do “lulismo”. O primeiro é a grande supremacia exercida pelo poder Executivo sobre os outros poderes característica do Estado autocrático-burguês brasileiro, que reforça o poder decisório da presidência e favorece uma situação bonapartista (MACIEL, 2008a). O segundo é a tendência ideologicamente conservadora e politicamente “estadolatra”, diríamos nós, tradicionalmente manifesta pelos setores da classe trabalhadora mais submetidos ao desemprego e ao trabalho precarizado, em função da própria instabilidade de sua condição social e às suas dificuldades de organização e mobilização (SINGER, 2009). Somem-se a estes fatores estruturais as medidas conjunturais adotadas pelo governo no período, favorecidas em parte por um ciclo econômico favorável.

Em primeiro lugar, o governo ampliou as políticas sociais compensatórias, por meio da criação do “Bolsa Família”, programa de renda mínima que atende parcelas substanciais dos setores de baixa renda; do “Fome Zero”, programa assistencialista baseado em doações e na ação voluntária de organizações não-governamentais e indivíduos e na mediação do Estado, e de formas indiretas de favorecimento da “inclusão social” dos mais pobres, como o sistema de cotas raciais

nas universidades e o ProUni, programa em que o governo custeava bolsas para estudantes universitários no ensino privado. Como já adiantamos, nenhuma dessas políticas fere os princípios doutrinários do neoliberalismo, aliás são plenamente adequadas a eles e reproduzem tendências manifestas desde os anos 80 na questão do tratamento da desigualdade social. Em segundo lugar, o governo Lula foi beneficiado por um período de crescimento da economia mundial que permitiu ao Brasil crescer a uma taxa média não vista desde os anos 80, graças justamente à regressão colonial, à financeirização e à internacionalização da economia nacional geradas pelo padrão de acumulação capitalista neoliberal. Este crescimento permitiu o patrocínio de uma política de valorização do salário-mínimo e de ampliação do crédito para consumo popular, a redução do valor da cesta básica, o aumento do emprego formal, a melhoria da renda salarial e das próprias condições econômicas dos setores mais pobres, constituindo um ligeiro avanço na distribuição de renda, porém de impacto social significativo pelas razões que já apontamos. Nisto residem as concessões materiais, precárias, aos trabalhadores que fundamentam o “lulismo” (SINGER, 2009).

Esta situação permitiu a criação de um “neopopulismo” baseado numa relação política altamente desorganizadora e desmobilizadora entre os extratos mais pobres das classes trabalhadoras e o governo, que em termos gerais dispensa a mediação de organizações como partidos e sindicatos e outras entidades, estabelecendo-se diretamente por meio de um cartão bancário, de uma ficha cadastral ou mesmo de uma matrícula escolar. Porém, foi capaz de conferir enorme legitimidade para o governo Lula junto aos extratos mais pobres das classes trabalhadoras, manifesto nos altos índices de popularidade do presidente da República e num apoio eleitoral decisivo nas eleições de 2006 e de 2010.

3.3- Os movimentos sociais e a esquerda socialista entre a resistência e a chantagem do “mal menor”.

É importante dizer parte dos trabalhadores de mais baixa renda, desempregados e/ou vinculados às variadas formas de trabalho precarizado manteve-se mobilizada em torno de demandas como reforma agrária e o direito à posse da terra, o direito à moradia, o direito ao emprego, o combate ao racismo, a luta contra os efeitos econômicos e ambientais nocivos de grandes empreendimentos econômicos, etc., numa perspectiva política antineoliberal e em muitos casos, socialista. Em geral os movimentos ligados a estas demandas cresceram durante o governo Lula, pois o avanço do agro-negócio, do capital monopolista e mesmo imperialista, as obras do Plano de Aceleração do Crescimento, além dos próprios efeitos sociais gerados pela estabilização do neoliberalismo, agravaram as situações sociais que os alimentam. Além disso, em diversos

aspectos, como na questão da reforma agrária e do apoio à agricultura familiar, o governo Lula teve um desempenho francamente negativo, principalmente em relação às esperanças alimentadas por seus próprios compromissos verbais e por sua origem na esquerda (CARVALHO e AGGEGE, 2011). Em outros aspectos, como na questão da moradia e da regularização das terras indígenas e quilombolas, as iniciativas do governo ficaram bastante aquém do necessário (BOITO JR., GALVÃO e MARCELINO, 2009; LEHER, TRINDADE, LIMA e COSTA, 2010).

No entanto, além do impacto do “lulismo” em suas bases sociais, estes movimentos vivem o que chamamos de chantagem do “mal menor”, devido às novas configurações assumidas pela hegemonia neoliberal durante o governo Lula. Em outras palavras, como a alternativa de governo ao neoliberalismo moderado de Lula é o neoliberalismo extremado do bloco PSDB/DEM/PPS os movimentos sociais vivem o dilema de tentar resistir à ofensiva neoliberal ao mesmo tempo em que tem que assumir uma postura conciliadora e condescendente diante do governo, seja esperando ter suas reivindicações atendidas em nome do compromisso histórico do presidente e de seu partido com os trabalhadores, seja para impedir o retorno da velha direita. A chantagem do “mal menor” foi decisiva para sustentar politicamente o governo nas eleições de 2006 e 2010 e mais ainda na crise política de 2005-2006 quando os movimentos sociais, principalmente o MST, foram para a rua, juntamente com a CUT e o PT, defendê-lo do *impeachment* (SECCO, 2011). Ou seja, apesar de se manterem no campo antineoliberal, anti-autocrático e mesmo socialista, tais movimentos sofrem uma chantagem política que redundava numa “passivização” relativa de sua ação, numa variante piorada do transformismo “em sentido amplo” sofrido pelo PT e a CUT nos anos 90, contribuindo para dificultar a superação da crise de contra-hegemonia vivida pelo movimento dos trabalhadores e a emergência de um projeto histórico alternativo ao neoliberalismo e aos interesses do capital.

Uma evidência importante disto é o índice de ocupações de terra ocorrido no período. A partir de dados sistematizados e apresentados por Oliveira (2011) e pela Comissão Pastoral da Terra (1996; 1997; 1998; 1999; 2000 e 2001) é possível perceber claramente uma diminuição no volume de ocupações de terra promovidas pelos movimentos de luta pela terra, indicando um recuo significativo nesta que é a forma mais radicalizada de enfrentamento com o Estado e o latifúndio que os movimentos de luta pela terra desenvolveram. Os dados da Ouvidoria Agrária, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que registram os movimentos de ocupação reconhecidos pelo Estado, mostram que durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a média de ocupações de terra era de 305,75 por ano, enquanto que nos dois governos de Lula (2003-2010) esta média caiu para 246 ocupações por ano. Mesmo os dados da CPT indicam uma tendência de queda, apesar de seu banco de dados registrar não somente as ocupações reconhecidas pelo Estado.

Segundo a CPT ocorreram 2972 ocupações de terra durante o governo Fernando Henrique, numa média de 371,5 por ano; enquanto que no governo Lula ocorreram 2794 ocupações, com média de 349,2 por ano. Se considerarmos que durante o governo Lula o índice de concentração de terras manteve-se nos mesmos níveis elevados da época da Ditadura Militar e dos governos neoliberais dos anos 90 e o programa de reforma agrária sofreu uma desaceleração considerável, para não dizer interrupção (OLIVEIRA, 2011), esta queda no volume de ocupações indica mais do que simples dificuldades conjunturais.

Problema semelhante, mas não idêntico, sofre a esquerda socialista, seja em termos partidários, seja em termos sindicais. Apesar de manter-se resolutamente contra o governo e denunciar seu conteúdo político neoliberal, a esquerda socialista lida com extremas dificuldades para sair do isolamento político e mobilizar os trabalhadores organizados e desorganizados, além de padecer com a ausência de um projeto histórico que substitua o projeto democrático-popular, tornado caduco pela própria implantação do neoliberalismo no país. Além de concorrer com as organizações que orbitam em torno do projeto neoliberal (PT, PC do B, PDT, CUT, FS, CTB, UGT, etc., além da miríade de organizações não governamentais), que contam com o apoio direto ou indireto do Estado e que possuem uma enorme força material, a esquerda socialista tem que enfrentar os efeitos desmobilizadores e desorganizadores da hegemonia neoliberal e da própria dinâmica do padrão de acumulação vigente no país. Tarefas para as quais a esquerda socialista tem se mostrado incapaz de cumprir seja por conta das dificuldades teóricas e políticas que enfrenta para a elaboração de um novo projeto histórico dos trabalhadores, como o sectarismo, o dogmatismo e as próprias dificuldades em atualizar o marxismo e o projeto socialista; seja devido à permanência de práticas burocráticas, centralistas e aparelhistas, que impedem sua inserção em segmentos sociais mais amplos e sua própria unificação orgânica.

Estes limites se evidenciam não só nos partidos mais identificados com certa tradição marcada por uma concepção partidária centralista e substituísta, como Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, Partido Comunista Brasileiro e Partido da Causa Operária; mas no próprio Partido Socialismo e Liberdade, que surgiu com o propósito de criar um partido socialista, democrático e de massas, mas que também enfrenta grandes dificuldades de inserção social devido às suas divisões internas, ao personalismo de alguns dirigentes e mesmo à existência de determinadas práticas autoritárias e aparelhistas. No plano sindical as duas centrais identificadas com esta perspectiva, Conlutas e Intersindical, não conseguem ampliar sua inserção entre os trabalhadores e nem renovar as práticas sindicais, apesar da oposição frontal à estrutura sindical estatal. Toda esta situação tem impedido o próprio crescimento da oposição neoliberal e a unificação partidária e sindical da esquerda como indicam os fracassos na tentativa de fusão entre

Conlutas e Intersindical realizada em 2008 (LEHER, COUTINHO DA TRINDADE, LIMA e COSTA, 2010) e na articulação de uma candidatura única nas eleições de 2010.

Conclusão.

A partir do exposto acima, podemos afirmar que sob o governo Lula a hegemonia neoliberal, instalada no país desde os anos 90, viveu um processo de qualificação e aperfeiçoamento. Isto se deveu não só à um processo de densificação do consenso ativo e de ampliação do consenso passivo, mas de decapitação definitiva de algumas das principais organizações e movimentos historicamente ligados à luta dos trabalhadores. Também à um movimento de legitimação do projeto histórico da direita, ou seja, do bloco no poder dirigido pelo capital financeiro, por um governo com origem na esquerda e nos movimentos sociais. Isto porque se de um lado a hegemonia é a conquista do consenso pelos dominantes junto aos dominados - sem que a capacidade e o poder de repressão e a coerção deixem de existir, obviamente, de outro lado ela também é a perda ou o esvaziamento da capacidade dos dominados de disputar a hegemonia e conquistar o poder. Ou seja, toda a hegemonia pressupõe uma crise de contra-hegemonia, e neste aspecto o governo Lula se diferencia dos governos neoliberais anteriores, pois levou a incapacidade dos trabalhadores de viabilizar um projeto histórico alternativo a níveis ainda não vistos depois da Ditadura Militar. Para os trabalhadores não há alternativa fora do antineoliberalismo e da perspectiva socialista, mas a tarefa de construir uma alternativa política e social é longa e árdua. Os movimentos sociais combativos e a esquerda socialista em geral indicam que nem tudo está perdido, mas ainda há muito o que fazer, a começar abandonando a chantagem do “mal menor”, desenvolvendo novas práticas organizativas e mobilizatórias e atualizando o marxismo como crítica radical da ordem social capitalista e o socialismo como alternativa civilizatória e emancipatória incontornável caso a humanidade pretenda sobreviver e evitar a barbarização total.

Referências:

BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Xamã, 1999.

BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia e MARCELINO, Paula. “Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000”. In: *OSAL*. Ano X, nº. 26, outubro de 2009, Buenos Aires: CLACSO, 2009.

CARVALHO, Ricardo e AGGEGE, Soraya. “Extrema-unção”. In: Carta Capital, três de agosto de 2011, p. 22-28.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil – 1995*. Goiânia: CPT, 1996.

____. *Conflitos no Campo Brasil – 1996*. Goiânia: CPT, 1997.

____. *Conflitos no Campo Brasil – 1997*. Goiânia: CPT, 1998.

____. *Conflitos no Campo Brasil – 1998*. Goiânia: CPT, 1999.

____. *Conflitos no Campo Brasil – 1999*. Goiânia: CPT, 2000.

____. *Conflitos no Campo Brasil – 2000*. Goiânia: CPT, 2001.

DIAS, Edmundo F. “Reformas ou contra-revolução? O governo Lula”. In: *Universidade e Sociedade*, n°. 34, outubro de 2004, Brasília: ANDES, p. 23-33

DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1989.

LEHER, Roberto; COUTINHO DA TRINDADE, Alice; BOTELHO LIMA, Jacqueline Aline e COSTA, Reginaldo. “Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010”. In: *OSAL*. Ano XI, n°. 28, novembro de 2010. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento*. São Paulo: Autores Associados, 1991.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História*. Rio de Janeiro:EPSJV, UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. volume 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

____. *Cadernos do Cárcere*. volume 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IBGE. *Sindicatos: indicadores sociais 2001*. Rio de Janeiro:IBGE, 2002.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

____. “O enigma de Tancredi: governo Lula e reposição da hegemonia neoliberal”. In: *Antítese – Marxismo e Cultura Socialista*, Goiânia, n°. 1, p. 88-108, out. 2005.

____. “Notas sobre revolução passiva e transformismo em Gramsci”. *História Revista*, Goiânia, vol. 11, n°. 2, p. 273-299, jul/dez 2006.

____. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. Goiânia, 2008. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2008.

____. “Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil”. In: *Cadernos Cemarx*, nº. 5, Campinas: UNICAMP/IFCH, 2008b, p. 195-210.

____. “Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula” In: *Universidade e Sociedade*, número 46, Brasília –DF: Andes-SN, junho de 2010, p. 120-133.

MARINI, Ruy Mauro. *A dialética da dependência*. Petrópolis (RJ): Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MIRHAN, Leujene. “A CUT retorna às origens?”. www.portalctb.org.br. Acessado em 10/11/2011.

NORONHA, Eduardo. “Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007”. In: *Lua Nova*, nº. 76, São Paulo, 2009, pg. 119-168.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino. “A questão agrária no Brasil e em Goiás”. Palestra proferida no Seminário *Reforma Agrária em Goiás: desafios e perspectivas*, promovida pelo Fórum Estadual pela Reforma Agrária e Justiça no Campo de Goiás, no dia 3 de agosto de 2011, em Goiânia.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, Vozes, 1998.

____. *A economia brasileira: crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SAES, Décio. *A república do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2011.

TRÓPIA, Patrícia V. *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TSE. *Eleições 1998*. www.tse.org.br

TSE. *Eleições 2000*. www.tse.org.br

TSE. *Eleições 2002*. www.tse.org.br

TSE. *Eleições 2004*. www.tse.org.br

TSE. *Eleições 2006*. www.tse.org.br

TSE. *Eleições 2008*. www.tse.org.br

TSE. *Eleições 2010*. www.tse.org.br